



Resenha crítica do livro Nietzsche's critiques: The kantian foundations of his thought de Kevin Hill
Kevin Hills Nietzsche's critiques: the kantian foundations of his thought. New York: Oxford, 2003.

Arthur Brito Neves¹

Informações biográficas

O livro *As críticas de Nietzsche: as bases kantianas de seu pensamento* foi publicado pelo professor R. Kevin Wichowski-Hill. Atualmente, segundo dados do site <https://philpapers.org/> e da Portland State University (<https://www.pdx.edu/philosophy/profile/r-kevin-wichowski-hill>), o professor possui doutorado pela University of Illinois at Urbana-Champaign e ministra aulas desde 2004 na Portland State University (Estados Unidos). Hill trabalha com temas da filosofia do direito e da filosofia continental (séculos XIX e XX). Além do presente livro resenhado, Hill publicou o livro *Nietzsche: A Guide for the Perplexed* (Continuum, 2007) e vem fazendo trabalhos no campo da tradução, como editor/co-tradutor dos livros *A Vontade de poder* e *Gaia ciência* (Penguin, 2017; 2018) e, com Matthew Stahlman, traduz *Humano, demasiado humano*.

Divisão da obra

Hill dividiu o seu livro em duas partes e em sete capítulos, cobrindo temas que vão desde a estética, passando pela epistemologia e terminando na moral. A bipartição do livro está ancorada na tese de que primeiramente existe uma maior influência da *Crítica da faculdade de julgar* (CFJ) nas primeiras considerações de Nietzsche (1865–74) (p. 35), seguida, posteriormente, por uma maior presença da *Crítica da razão pura* (CRP) e da *Crítica da razão prática* (CRPa), relativa aos anos de 1880 a 1889. Os sete capítulos do livro são: 1) Pele nietzscheana, mas esqueleto kantiano (*Nietzsche's Flesh, Kant's Skeleton*); 2) A crítica da faculdade de julgar; 3) O jovem Nietzsche e a Crítica da faculdade de julgar; 4) Espaço, tempo e idealismo; 5) Kant e a metafísica; 6) Nietzsche e a metafísica; 7) A crítica da moral.

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFG, nevesarthur2015@gmail.com.

O argumento

Na seção “Interpretação” (p. 35-38), Kevin Hill não atribui ao seu modo de ler Kant e Nietzsche a etiqueta ‘leitura de fontes’. Ao invés disso, ele caracteriza-o como uma “tentativa de exercitar caridade textual” (p. xiv) e, mais à frente, salienta que, quando se é possível uma “interpretação que maximiza posições entre textos”, então “nenhuma metodologia é necessária” (*idem*). A justificativa do autor para tanto está na recusa de que exista um Nietzsche mais verdadeiro nos póstumos ou nas obras publicadas, porquanto, “se nosso objetivo é atribuir sentido ao pensamento de Nietzsche, então é natural que todos [os textos] sejam relevantes” (*idem*). Porém, parece-nos que o autor, ao se apoderar com propriedade de todos os recursos materiais de Nietzsche para interpretá-lo, inclusive as *fontes* de influência, realiza metodologicamente um estudo de fontes exaustivo no tocante ao surgimento das imagens kantianas ao longo do *corpus* nietzscheano.

Se nossa hipótese de leitura estiver correta, o estudo de fontes de Hill parte do anseio por entender em que grau o projeto filosófico de Nietzsche teria emergido a partir da recusa de teses centrais da filosofia crítica, ou ainda, se Kant teria fornecido algum tipo de fundamento ao pensamento de Nietzsche. Portanto, pergunta-se em que medida a filosofia nietzscheana emergiu da interlocução com a filosofia kantiana (p. 4-6).

Desse modo, o estudo de fontes de Hill apresenta uma relação complexa entre as filosofias de Nietzsche e Kant. Entre os principais argumentos presentes nessa teia de complexidade está a justificativa sobre o que teria levado Nietzsche a ler a CFJ (Capítulo 3). Sua resposta está circunscrita à tese de que o filósofo tinha muitas reticências quanto aos usos positivos do conceito de coisa em si em Schopenhauer, o que implica em dizer da suspeita de Nietzsche em relação à metafísica e à teleologia schopenhaueriana (p. 73-75). Assim, segundo Hill, Nietzsche se apropriaria dos juízos reflexivos da CFJ, os quais se tornariam o alicerce da concepção do “mundo como obra de arte”, o que a rigor substituiria o movimento kantiano ‘da epistemologia à moral’ por um movimento ‘da epistemologia à estética’. A importância material dos juízos reflexivos no jovem Nietzsche estaria no plano de dissertação doutoral (*O conceito de orgânico a partir de Kant*, p. 83), no qual a parte dois, capítulos 1 e 2 (respectivamente: Reflexão teleológica e forma orgânica; forma orgânica e subjetividade transcendental), tematizariam o conceito em cena. Para Hill, a conclusão final de Nietzsche seria, como a de Lange, a de um compatibilismo entre Kant e Darwin. De Darwin, Nietzsche entraria em contato com a tese da não necessidade de um *design*/criador formal da natureza; de Kant, extrairia a tese de que o conceito de orgânico é uma abstração humana, na medida em que ele é produto de nossa organização (p. 89). Todavia, contra Kant, concluiria, com base na própria noção de juízo reflexivo, que toda “afirmação da ciência natural apenas possui validade intersubjetiva” (p. 92). Portanto, há no jovem Nietzsche

uma inflexão acentuada em relação às teses centrais da CRP, fruto da primazia da CFJ nas reflexões de Nietzsche. Desse modo, os juízos da ciência não seriam juízos determinantes, como Kant pondera na CRP, mas *apenas* juízos reflexivos. Parece-nos que é uma tese forte, mas que possui grande teor explicativo em relação à tensão saber e arte no jovem Nietzsche.

De acordo com a interpretação de Hill, um outro importante argumento, ainda no capítulo 3, que conectaria os empreendimentos do jovem Nietzsche com a filosofia kantiana, estaria no conceito de “intelecto primordial (*Urintelleckt*)” (p. 99). Para escapar de uma encruzilhada sobre o surgimento do intelecto, estabelecida pela teleologia e pela metafísica da vontade em Schopenhauer, Nietzsche recorrerá a um modelo de intelecto metafísico que replicaria características da subjetividade *a priori*: a unidade primordial projetaria um mundo de aparências organizado espacialmente, temporalmente e causalmente (*ibidem*). Haveria, assim, semelhanças com a tese kantiana na CFJ, porquanto para Nietzsche as leis empíricas deveriam ser tomadas como se fossem organizadas em uma unidade por um intelecto, o qual seria condição de possibilidade para o exercício de nossas capacidades cognitivas e possibilidade da própria experiência (p. 101). Logo, Hill conclui que existe de fato uma metafísica em GT,² mas que *não é* schopenhaueriana (p. 101).

Essa tese de Hill é muito bem articulada e inteligentemente formulada, entretanto, precisa ainda superar desafios textuais como a seção 16 de GT. Nela, Nietzsche escreve *ipsis litteris*, em um contexto que parece venerar Schopenhauer:

Pois a música, como dissemos, difere de todas as outras artes pelo fato de não ser reflexo do fenômeno ou mais corretamente, da adequada objetividade da vontade, porém reflexo imediato da própria vontade e, portanto, representa o metafísico para tudo o que é físico no mundo, a coisa em si mesma para todo fenômeno (GT, 16).

Porém, para Hill, Nietzsche seria “cauteloso e pouco claro” sobre as coisas em si em GT. Sua fundamentação está nos apontamentos póstumos, pois esses mostrariam, ao contrário do que se parece ser o caso, uma tentativa de recusar os argumentos de Schopenhauer (p. 94-98), especialmente a identificação entre coisa em si e vontade (p. 103).

Ademais, segundo o argumento do livro (Capítulo 3), *não* há nenhuma contradição entre GT e WL (p. 103), possuindo o conceito de coisa em si um mesmo significado em ambos os livros (p. 113). Segundo Hill, no caso da primeira

2 As referências feitas às obras de Nietzsche seguem a convenção bibliográfica dos *Nietzsche-Studien*, estabelecida no âmbito da pesquisa nacional e internacional. GT – *Die Geburt der Tragödie*/ O nascimento da tragédia; WL – *Über Wahrheit und Lüge im außermoralischen Sinn*/ Sobre verdade e mentira em sentido extramoral; MA – *Menschliches, Allzumenschliches*/ Humano, demasiado Humano; MO – *Morgenröthe*/ Aurora; FW – *Die Fröhliche Wissenschaft*/ A gaia ciência; JGB – *Jenseits von Gut und Böse*/ Para além de bem e mal; GD – *Götzen-Dämmerung* / Crepúsculo dos ídolos; GM – *Zur Genealogie der Moral* / Genealogia da moral; KGW – *Kritische Gesamtausgabe*; KSB – *Sämtliche Briefe: Kritische Studienausgabe*.

citação, GT e WL formariam um panorama unificado, porque WL endossaria a restrição dos empreendimentos epistêmicos ao fenômeno, mostrando como a mente produziria o fenômeno, e GT apresentaria juízos reflexivos sobre como poderíamos pensar sobre o *noumena*, porquanto a metafísica de GT teria sua forma exposta de acordo com esse modelo de juízos, como destacado por Hill em relação a GT 4, no qual Nietzsche se expressaria de acordo com a fórmula de um juízo reflexivo (p. 103), tal como apresentado no capítulo 2: “[Eu] {[não posso deixar de] [pensar/sentir que] ([isto] [é projetado para ser sintetizado como uma unidade])}]” (p. 62-65).

No caso da segunda citação mais acima, as notas anteriores à GT, a própria GT e o texto de WL formam conjuntamente um “visão unitária”, na medida em que os três grupos de texto teriam como premissa de base a impossibilidade de juízos determinativos, embora guardem a possibilidade de juízos reflexivos sobre as coisas em si (p. 114). Essa tese de Hill é instigante e bem documentada, mas também não imune a dificuldades. Se nos guiarmos pela tese de Hollingdale de que há no jovem Nietzsche um aspecto público e outro privado, ou seja, de que publicamente Nietzsche é um wagneriano schopenhaueriano, pois defende teses corroboradas por essas figuras, inclusive o uso positivo do conceito de coisa em si; enquanto em WL e em textos póstumos, na esfera privada, ele é crítico de Schopenhauer e do conceito de coisa em si. Portanto, WL e GT seriam textos de dimensões muito diferentes. Embora todos esses textos possam ter como raiz comum a crítica geral ao empreendimento do conhecimento ilimitado do socratismo — Hill reconhece isso (Capítulo 6, p. 171) —, existem particularidades de tratamento de temas que os tornam singulares, inclusive com experimentações de teses *contraditórias* entre si.

Passando adiante na exposição (Capítulo 4), Hill acredita que um dos conceitos essenciais para que possamos entender o naturalismo e o ficcionalismo epistêmico de Nietzsche é a recepção que o filósofo faz do conceito de espaço. Segundo o autor, Nietzsche teria uma posição bipartida em relação ao conceito de espaço: 1) o espaço euclidiano, fruto de nossa organização intuitiva-psicológica, tal como apresentado por Nietzsche em WL e MA 19, ou seja, tal como nós o percebemos ou tal como foi produzido por nosso intelecto e que não poderíamos deixar de perceber assim; 2) o espaço de acordo com nossas melhores teorias científicas, o que significa dizer o dinamismo de Boscovich, ou, ainda, o espaço físico, presente nos apontamentos da juventude e do período intermediário, tendo sua aparição definitiva também em MA 19. Hill assevera, todavia, em função do que a tese de um realismo transcendental do espaço de Kant faz crer, que o espaço em sentido “2” não se trata de uma coisa em si.

Entretanto, é difícil entender até o capítulo 4 como o espaço no segundo sentido não seja “mind-independent”. Uma solução possível do que Hill busca defender pode estar no fato de que, em sentido 2, o espaço é ainda representação, um construto de

nossas melhores teorias, portanto, 'mind-dependent'. A sua solução estaria, parece-nos, com algumas ressalvas, ancorada numa distinção moderna entre qualidades secundárias (espaço euclidiano) e qualidades primárias (espaço dinâmico). Todavia, considerando o escopo do diálogo Kant-Nietzsche, ainda é difícil entender como essa concepção dinâmica de Nietzsche não seria '*mind-independent*' ou mesmo uma descrição *em si* da realidade. Se se busca ainda escapar disso afirmando que nesse ponto a ciência está no domínio representacional/fenomenico, como então protegê-la da acusação que Nietzsche faz do mundo representacional como sendo errado (MA 19, 16 e 18)? A tréplica de Hill viria, com certeza, a partir de seu argumento sobre o conceito de tempo.

Segundo Hill, há uma posição bipartida de Nietzsche em relação ao *tempo* (Capítulo 4). A partir de uma refutação a Parmênides e Kant, via Spir, Nietzsche conceberia um duplo sentido de tempo: 1) tempo como sucessão de representações a partir do trabalho de nossas mentes; 2) tempo das nossas melhores teorias científicas. Para Nietzsche, seria errôneo postular que há uma identidade entre o tempo intuicional à *la* Kant e o tempo na natureza, científico, embebido numa concepção cosmológica baseada em Boscovich (p. 136). O tempo da natureza, é explicitado por Hill a partir de uma brecha epistêmica na filosofia transcendental, a saber: "o próprio Kant permite que a ciência natural possa postular entidades, eventos, processos, etc., que são 'empíricos' mas não observáveis." (*ibidem*) em função das nossas limitações epistêmicas. Não se extrapola, assim, o domínio fenomenico em direção à coisa em si, como a tese do tempo em sentido de transcendentalmente real (*Estética Transcendental*), pois o tempo da natureza seria empiricamente real, mas em alguma medida inobservável aos nossos sentidos, o que implicaria em dizer que há evidências empíricas para postularmos que o tempo e espaço não sejam tais como as intuições da estética transcendental (p. 137). Nesse ponto, Hill defende que há algo de semelhante entre a posição de Nietzsche e a de Berkeley, especialmente na tese de que ser é ser percebido; embora, no caso de Nietzsche, "[d]evemos expandir o alcance do percebido para abranger tanto o perceptível e o não percebido agora" (p. 137). A soma desses objetos seria o que se entende por natureza. A conclusão de Hill é, portanto, a de que Nietzsche rejeita a posição deslocada para fora da natureza do sujeito kantiano, sem todavia abandonar a tese de que espaço e tempo possam ser construções da mente, embora não as únicas (p. 145).

Nesse ponto, novamente, considerando a relação Nietzsche-Kant, é preciso fazer uma reflexão de leitura. Em Kant, a noção representacional do objeto como fenômeno está necessariamente alicerçada nas intuições puras, de forma que a natureza em geral (totalidade de leis *a priori* que o entendimento pode chegar), embora não observada *a posteriori*, precisa necessariamente submeter-se às sínteses *a priori* e às intuições puras, do contrário o objeto não seria nada para o sujeito. Embora não dado à observação, saber-se-ia *a priori* que, quando observada, essa

lei estaria necessariamente de acordo com as capacidades representacionais. Do contrário, como seria possível falar de outras leis espaciais e temporais que não estivessem alojadas nas capacidades humanas de representar? Em outras palavras, como seria possível postular leis, ou seja, como a própria ciência seria possível se não estivesse de acordo com nossas capacidades representacionais (espaço, tempo, categorias)? O desafio não é colocado por nós, mas pelo próprio Nietzsche em WL, ao final da primeira parte do opúsculo ao falar de leis da natureza:

apenas aquilo que nós lhes acrescentamos se torna efetivamente conhecido para nós, a saber, o tempo, o espaço e, portanto, as relações de sucessão e os números. Mas, tudo o que há de maravilhoso, que precisamente nos assombra nas leis da natureza, que exige nosso esclarecimento e que poderia conduzir-nos à desconfiança frente ao idealismo, assenta-se única e exclusivamente no rigor matemático, bem como na inviolabilidade das representações de tempo e espaço (WL, I).

Todavia, nos apontamentos póstumos do final de 1876 e verão de 1877 pode-se encontrar ainda uma passagem que corrobora a tese de Hill, eminentemente o apontamento 23[150]. Porém, em última instância, deveríamos repetir a questão: como a própria ciência é possível para Nietzsche, pois ela parece ser a premissa explicativa de base para a noção dinâmica de espaço e tempo? O próprio *kantismo de Nietzsche* parece exigir isso.

Passemos a um outro argumento. De acordo com Hill (Capítulos 5 e 6), as conclusões gerais de Kant na Dedução Transcendental e Paralogismos exerceram grande impacto na própria consideração de Nietzsche sobre a metafísica e a substancialidade da alma. Após uma exegese dessas passagens, Hill nos relembra de três erros (eu como substância; eu simples; eu como substrato permanente nas mudanças) nos paralogismos, que, segundo Kant, estariam alojados numa confusão de termos. A primeira solução, levada a cabo por Kant é a de que o eu penso não passa de uma unidade de uma pluralidade (Capítulo 5, p. 162). O psicólogo racional confundiria o fato de que sempre podemos construir um juízo em primeira pessoa com a introspecção do eu como substância primária (p. 163). O eu é apenas uma condição de possibilidade do conhecimento empírico. O encontro de Nietzsche com esse conceito, portanto, seria uma influência capital para o seu ataque à metafísica, como se observa no capítulo 6, detalhamento da questão.

Sobre o opúsculo WL, há ainda um tratamento no grupo da ‘segunda leitura’ (Capítulo 6). Hill acredita, em um contexto de impossibilidade de se conhecer a real natureza das coisas, que o conceito de metáfora, tal como empregado no opúsculo, é “meramente uma maneira metafórica de expressar o ceticismo cartesiano” (p. 173). Isso devido à natureza contratual de nossa linguagem, embora Hill defenda que é duvidável que o conceito semântico de verdade possa constituir-se por meio de sanções contra o ato de mentir. Para o autor, o escopo da noção de conceito

seria mais lockeana do que kantiana (p. 174), o que é um ponto a se destacar, pois Hill praticamente ignora a influência de Lange no opúsculo, especialmente como um contraponto à noção positiva de coisa em si de Schopenhauer. Além disso, considerando os cursos de retórica de Nietzsche, a noção de metáfora poderia ganhar contornos mais detalhistas.

Ainda no capítulo 6, a análise de Hill de GD III.5 é muito interessante e original. Na passagem em questão, Nietzsche propõe a origem do conceito de “coisa” ou “ser” como uma projeção da noção de “ego-substância” (p. 177-179). Para Hill, essa conclusão possui ecos da filosofia crítica, sendo denominada de “Hipótese da projeção”. Segundo Hill, pode-se confrontar GD III.5 com CPR A 135. Assim, Nietzsche tomou de empréstimo de Kant a tese de que a unidade transcendental do objeto é derivada da unidade transcendental do sujeito, tendo alguma simpatia pelo conceito de unidade sintética da apercepção, embora performativamente simule e escreva que Kant “talvez estivesse familiarizado com a possibilidade da existência aparente do sujeito” (JGB 54). O “talvez” performatizado significa para Hill que Nietzsche recusaria a possibilidade da existência de um eu numênico, subjacente ao eu aparente.

Parece-nos, não obstante os paralogismos tenham impactado Nietzsche na recusa de uma substância mental (apenas unidade aparente) e que os objetos sejam produtos da unidade do sujeito, que o filósofo avança alguns passos numa tese não comportada pela filosofia crítica: objeto e sujeito são ficções. Nesse ponto, apesar de Hill não ter ponderado sobre isso, parece-nos que Nietzsche não vai além de Kant nesse assunto, mas dá um passo *aquém* de Kant, muito provavelmente em direção a Hume e à ficção do eu no rio das representações.

Além disso, uma hipótese não explorada por Hill, mas interessante de se investigar seria em que medida Nietzsche não concordaria que Kant foi um dos precursores da filosofia do futuro, especialmente considerando os aforismos 1, 2 e 3 (“*Philosophen des gefährlichen Vielleicht*”) de JGB, em que a noção de “Vielleicht” joga um papel fundamental na superação dos preconceitos metafísicos dos filósofos. Valeria, nesse assunto, uma interpretação similar a de Husserl em relação ao projeto filosófico de Descartes.

Quanto ao problema da verdade (Capítulo 6), Hill propõe solucionar as inevitáveis objeções que podem ser levantadas contra Nietzsche a partir de uma substituição. O contraste entre mundo fenomênico e mundo numênico deve ser substituído por “ilusões ordinárias geradas pelos mecanismos psicológico-transcendentais evoluídos e como a natureza é descrita por nossa melhor teoria empírica” (p. 190). Isso permitiria a Nietzsche adotar uma concepção pluralista de realidade (realidade como totalidade das forças e suas relações, em clara reminiscência de Bosovich), como sugere a tese de que se ter mais olhos pode oferecer mais “objetividade” a um conceito (GM III. 12) (p. 193). Isso implicaria na recusa da verdade tal como expressa na CRP A 58/B 82, ou seja, a concordância do

conhecimento com o seu objeto. Portanto, a substituição de Hill funcionaria como no caso dos dois espaços e dois tempos.

Ao longo de todo o argumento geral do livro, é clara a tese de que, segundo Hill, Nietzsche rejeitaria completamente o conceito de coisa em si. Para além da própria empreitada de refutar o conceito, parece-nos que as passagens indicadas por Hill sobre o conceito de coisa em si indicam ainda um diálogo de Nietzsche com a recepção do conceito na própria Alemanha, com figuras como Jacobi e Schulze, como sugere a citação da página 184 (coisa em si como causa dos fenômenos), o que contribuiria nos estudos de fonte sobre a origem das objeções de Nietzsche. Seria interessante explorar essa possibilidade de interlocução a fim de esclarecer algumas experimentações teóricas de Nietzsche. Além disso, muitas passagens, como a da página 195, que afirma que a “coisidade” foi um conceito criado por nós, sugerem que Nietzsche poderia concordar com uma noção mais deflacionária de coisa em si, como um conceito meramente negativo, ainda pensado do ponto de vista da aparência e da representação.

Uma vez tendo considerado a relação de Nietzsche com a primeira e terceira críticas, Hill parte para a relação Nietzsche-Kant e o tema da moral, no capítulo 7. Na perspectiva de Hill, há provas factíveis de que Nietzsche tenha lido a *Crítica da Razão Prática* (p. 202). Hill inclusive lança a tese de que o impacto da segunda crítica foi tão acentuado que os três pilares da moral kantiana (p. 196) “correspondem de forma precisa aos três ensaios que atacam a moralidade” na GM (p. 202). Assim, por exemplo, a partir da leitura de Romundt (*Kant's Doctrine concerning God, Soul and Immortality Re-established*), Nietzsche identifica que a moralidade moderna descende da moral dos escravos (p. 206 e 215), precisamente no que tange ao tema do igualitarismo em Kant (p. 207). Como Hill já havia salientado na introdução de seu argumento, o Nietzsche tardio apresenta um comportamento mais combativo em relação a Kant, sendo Kant um dos grandes “malheurs” da cultura (Capítulo 1, p. 32), justamente pelo seu empreendimento moral. De toda forma, a posição de Nietzsche ainda é ambivalente: Nietzsche compartilharia com Kant certo subjetivismo em relação aos valores, na medida em que não poderiam ser independentes das preferências e intenções humanas. Porém, o naturalismo de Nietzsche, baseado na tese de que “todos os seres vivos querem impôr sua vontade no mundo” (p. 213),³ conclui que não haveria um padrão geral pelo qual as pessoas pudessem conformar o seu modo de ser, salvo a vontade de poder (*ibidem*).

O naturalismo também jogaria um papel de destaque na objeção de Nietzsche ao conceito de autonomia (Capítulo 7). Para a genealogia, considerada por Hill como um método, Nietzsche também concederia a Kant a tese de que a autonomia, de alguma forma, está ligada à autolegislação, porém, repudiaria a tese de que essa estaria na adequação às leis práticas da razão, na medida em que a autolegislação deveria possuir um caráter idiossincrático (p. 222), pois moralidade e autonomia seriam termos “mutuamente excludentes” (p. 219). Além disso, a autolegislação não está assentada em

3 “All living things ‘want’ to have their way with the world”.

princípios transcendentais, tal como a distinção entre fenômeno e coisa em si faz crer, o que afirmaria a impossibilidade do imperativo categórico para seres naturais (*ibidem*).

O trabalho de Hill é concluído (Conclusão: *As ruínas da razão?*) com um questionamento sobre a pós-modernidade do pensamento de Nietzsche. Temáticas como o perspectivismo e o desdém pela moralidade do *Esclarecimento* sugerem certo pós-modernismo em Nietzsche, porém, o contextualismo do estudo de fontes aponta para um “efeito desintoxicador” e “desmistificador” de tal hipótese. Assim, o filósofo ainda operaria em um universo discursivo eminentemente advindo do século XVIII, mas a partir de certo “*pathos* da distância” (p. 232).

Considerações finais

Logo, o estudo de fontes de Hill deve ser lido porque é capaz de fazer uma reconstrução, ao mesmo tempo, extensiva e intensiva da relação Nietzsche-Kant (Capítulo 1). Extensiva no sentido de mostrar de forma detalhada a polissemia que Kant e seus problemas significam na filosofia de Nietzsche. Intensiva, porque consegue demarcar três horizontes nítidos das fontes de Nietzsche, a partir de dados quantitativos (menções a Kant na KGW e KSB, p. 19) e qualitativos, por exemplo, ao se valer das cartas e dos livros que Nietzsche teve acesso, o que lhe gerou, como destaque, três nomes: Schopenhauer, Lange e Fischer — embora não nos pareça muito convincente a relevância secundária dada a Spir e a Dühring. Assim, é possível reconstruir tensões interpretativas nas próprias influências de Nietzsche em relação a Kant, por exemplo, o estatuto do conceito de coisa em si (p. 15-19), o que prova, nesse sentido, que em alguns problemas advindos da filosofia kantiana, Schopenhauer não é a única fonte. Na verdade, existem inúmeras, como comprova-se na reconstrução rigorosa por Hill das fontes que impactaram o projeto da dissertação de doutoramento de Nietzsche, entre as páginas 84 e 86 (Capítulo 3), bem como textos secundários que impactaram a leitura de Nietzsche em relação a temas da moral em Kant, como Romundt e tantos outros (Capítulo 1, p. 15).

Portanto, o livro de Hill é indicado, em um primeiro nível, para pesquisadores que estejam interessados na relação entre o pensamento de Kant e de Nietzsche. Em um segundo nível, o livro é indicado para quem se interessa, na filosofia de Nietzsche, por problemas relacionados à teleologia, à verdade, à coisa em si, à linguagem, às condições de possibilidade da experiência, à psicologia do eu e a temas da moral, especialmente, aqueles com conexão direta com a filosofia de Kant. Em um terceiro nível, o livro é indicado para quem se interessa pela metodologia ‘leitura de fontes’ em Nietzsche, porquanto o livro apresenta de forma detalhada como certos problemas caros a Nietzsche possuem endereçamentos claros.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.